



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

Ata de Assembleia N.º 2023/5

Reunião Ordinária de 20 de setembro de 2023

Local de realização: Sede da União das Freguesias de Coimbra



mf
Oee.

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

Ata n.º 5/2023

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, a 3.ª sessão ordinária, na Sede da União das Freguesias de Coimbra, sita no Bairro Sousa Pinto, n.º 37, nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 14.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, dando cumprimento ao artigo 11.º do mesmo diploma, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

I - ABERTURA-----

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1. Apreciação e votação das propostas da Ata 03/ 2023 (Anexo 1) e Ata 04/ 2023 (Anexo 2)-----

2. Leitura do Expediente e informações/ esclarecimentos diversos à Assembleia-----

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Assuntos gerais diversos-----

2. Período de intervenção do público-----

3. Apreciação e votação da 2ª revisão ao orçamento de 2023 (Anexo 3)-----

4. Tabela de Taxas e Emolumentos 2024 (Anexo 4) - Informação-----

5. Apreciação das Informações do Presidente da União das Freguesias de Coimbra acerca da atividade desta (Anexo 5), bem como da situação financeira atual (Anexo 6)-----

Estiveram presentes os Srs./as Deputados/as à Assembleia de Freguesia (com as respetivas assinaturas nas folhas de presença):-----

- José Alberto Rocha, Hugo Valente Abreu, Ricardo José Rodrigues de Sousa, Manuel Barata de Tovar Portela Vieira, Presidente da Mesa de Assembleia (PPD/PSD);-----

- Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira, 1.º Secretária da Mesa de Assembleia (CDS-PP);-----

- Alberto de Oliveira Bravo (Grupo de Cidadãos Eleitores “Nós Coimbra”);-----

- Carlos José Santos Pedrosa Rodrigues Veiga e Nuno Miguel Marques de Sousa (PS);-----

- Paulo Alexandre Ferreira dos Anjos (Grupo de Cidadãos Eleitores “Cidadãos por Coimbra”);-----

- Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – Coligação Democrática Unitária).-----

Enviou pedido de substituição a Sra. Deputada Maria José da Silva Pereira – (PPD/ PSD), bem como a Sra. Deputada Mariana Alexandra Miranda Ribeiro 2.ª Secretária da Mesa de Assembleia – Grupo de Cidadãos Eleitores “Nós Coimbra”, não tendo sido substituídas.-----



f
De.

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

Não compareceu nem foi substituída a Sra. Deputada à Assembleia de Freguesia: _____
- Ana Maria Conceição Almeida (PS). _____

Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de Lencastre Campos (Presidente), Carlos Rogério Antunes Pinto (Vice-Presidente), Américo Alves Petim (Tesoureiro) e Ana Mafalda Oliveira Gala Fagulha (Vogal). Não compareceu Maria da Assunção Rainho Ataíde das Neves (Secretária). _____

O Presidente da Mesa deu por aberta a Sessão, saudou os presentes e agradeceu a presença de todos, passando de imediato ao número 1, do ponto II da Ordem de Trabalhos - Aprovação da ata 3/ 2023 (Anexo 1), informando da receção dos dois pedidos de substituição já referidos anteriormente, bem como da receção de um e-mail do Sr. Deputado Gonçalo Almeida onde solicitava as respostas explicitamente na ata 3, do Senhor Presidente do Executivo. _____

Deste modo, a Mesa, com o apoio dos serviços, conseguiu ouvir a gravação de forma a completar as falhas, não tendo conseguido explanar o texto definitivo no documento, mas assim também poderiam perceber se havia concordância de todos para, posteriormente, se passar para o texto final da ata 3. Relativamente ao abono de falhas, o Sr. Presidente do Executivo esclareceu que se iria informar e que agiria de acordo com a lei, que corrigiria o que houvesse para corrigir, à luz da lei em vigor; quanto ao alcatrão na Conchada iria averiguar a situação, quem tinha colocado e como teria sido colocado; quanto à passadeira da Rua João de Ruão, era uma assunto que já tinha sido identificado para correção; as obras junto ao Jardim da Manga tinham sinalização para os peões; a limpeza e corte de ervas junto ao Cemitério da Conchada já tinha sido solicitada à Câmara Municipal de Coimbra; o espaço que servia refeições na Rua Figueira da Foz iria transitar para a "Casa do Sal" e, por último, quanto aos banhos públicos, tal como sugerido pelo Sr. Deputado Gonçalo Almeida, iria conversar com o Sport Club Conimbricense. _____

Sem nada mais a acrescentar, informou que estes eram os esclarecimentos que iriam ser introduzidos na linha 120, em resposta à intervenção do Sr. Deputado Gonçalo Almeida. Na linha 98, seria acrescentado/especificado: "WC móveis/ portáteis nos eventos". A ata foi a votação com estas duas adições. _____

Foram colocadas a votação as atas, votando apenas os Senhores Deputados que estiveram presentes nessas Sessões: _____

• Ata 3/ 2023 foi aprovada com nove votos a favor (José Alberto Rocha, Hugo Valente Abreu, Manuel Barata de Tovar Portela Vieira, Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira, Alberto de Oliveira Bravo, Carlos José Santos Pedrosa Rodrigues Veiga, Nuno Miguel Marques de Sousa, Gonçalo José Mourão de Almeida e Paulo Alexandre Ferreira dos Anjos); _____

• Ata 4/ 2023 foi aprovada com nove votos a favor (José Alberto Rocha, Hugo Valente Abreu, Manuel Barata de Tovar Portela Vieira, Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira, Alberto de Oliveira Bravo, Carlos José Santos Pedrosa Rodrigues Veiga, Nuno Miguel Marques de Sousa, Gonçalo José Mourão de Almeida e Paulo Alexandre Ferreira dos Anjos). _____

Passou ao número 1 – Assuntos gerais diversos, do ponto III PERÍODO DA ORDEM DO DIA _____

No uso da palavra, o Deputado Carlos Veiga cumprimentou os presentes e, de imediato, chamou a atenção do Sr. Presidente do Executivo para as questões da qualidade do espaço e sobre o que se tinha feito para se minimizar os impactos das obras na vida dos moradores. _____

Na Alta continuavam as ruas todas esburacadas e com as chuvas, e fruto de negligência, havia uma série de bueiros que estavam completamente cheios de terras e, portanto, achava que não valia a pena estarem a fazer obras no



f
Qu.

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

Centro Histórico para terem um conjunto de acessibilidades, para se terem espaços melhorados e deixando o “miolo” completamente abandonado.

Dito isto, sugeriu ao Sr. Presidente da Junta que um dia fizesse um percurso pelas ruas entre a Sé Velha e a Couraça dos Apóstolos e que verificasse o estado em que “aquilo” estava e se achava que “aquilo” era digno de um Centro Histórico.

Disse já ter vergonha de estar sempre a repetir-se, parecendo que não tinha mais nada que fazer, mas tinha de o fazer porque os paralelos rolavam literalmente rua abaixo e que aquelas zonas, fruto dos herbicidas ou não, estavam uns matagais. Abordou ainda as “pichagens”, os “tags” ou “grafitis”, referindo que daria uma outra conversa.

Disse também haver carros vandalizados e que “alguém”, em algum momento, deveria lembrar-se que ainda viviam ali pessoas (por enquanto).

Quanto ao edificado, devido a uma série de alojamentos locais, ia estando/sendo recuperado, ou seja, a questão do edificado estava em movimento, não era crítico. No momento, naquela zona, o problema era claramente o espaço público e isso era da competência da Junta.

Recordou que, quando foi da campanha eleitoral o problema era o Presidente Manuel Machado que bloqueava o trabalho da Junta, mas, entretanto, saiu o Presidente Manuel Machado e ganhou outro Presidente, José Manuel Silva, no entanto, no primeiro ano era porque a Câmara ainda se estava a adaptar, mas agora já não havia desculpas e achava que seria importante a Junta de Freguesia pensar (e não era por falta de dinheiro, até porque ia discutir-se o orçamento) numa estratégia para resolver estes problemas. Continuou dizendo que “esperar ou deitar as culpas para cima dos outros” não resolvia os problemas. Eram precisas soluções, visto que os problemas estavam identificados.

O Presidente do Executivo, começou por saudar os presentes e pediu desculpa pelo atraso da substituta da Deputada Maria José Pereira que, por se encontrar num outro compromisso, iria chegar um pouco mais tarde.

Em resposta à intervenção do Deputado Carlos Veiga, frisou que nunca se desculpou com o anterior Executivo, só tinha tido pena que o mesmo não quisesse trabalhar com a Junta de Freguesia e que, felizmente o atual Executivo tem querido.

Acrescentou que, nem sempre têm conseguido fazer aquilo que pretendiam e gostariam, mas têm chegado a consensos. Deu como exemplo, o facto de não terem ficado com a limpeza das ruas da Baixa, mas ficaram com as ruas da Alta.

Relativamente à questão da gestão de espaços públicos, era competência da Câmara e têm estado em conversações com o Município para uma melhor e mais rápida resolução de problemas. Mais uma vez, explicou minuciosamente, com base no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, quais as transferências de competências do Município para a Freguesia. Os autos-de-transferências eram assinados consoante aquilo que fosse acordado.

Tomou a palavra o Deputado Paulo Anjos, começando por saudar todos os presentes e dando conta de uma queixa que lhe tinham feito chegar (apesar de saber que não era com a Junta), do ruído incomodativo do Restaurante Terraços da Alta; mais uma vez pediu que se revisse e que fosse bem analisado o lixo na Baixa e junto à Igreja de São Bartolomeu; apresentou uma ideia ou uma forma de potenciar o comércio local; eventualmente com a ajuda da Agência de Promoção da Baixa de Coimbra, poderia criar-se um sistema, onde os residentes e estrangeiros se pudessem inscrever numa “Plataforma”, uma espécie de associação como a APBC e essa inscrição daria um desconto em produtos adquiridos na Baixa. As pessoas que não estivessem inscritas comprariam ao preço normal/tabelado e as outras usufruiriam do desconto. Por último, solicitou que não se usasse o veneno para matar as ervas, aquando da limpeza das ruas.

Em resposta, o Presidente do Executivo elucidou que não utilizavam essas substâncias e as que eventualmente pudessem usar eram as de uso doméstico (que acabavam por não ter qualquer tipo de ação). Quanto à ideia da



J
De.

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

Promoção na Baixa, quem melhor poderia falar sobre isso seria a Secretária Assunção Ataíde, mas que infelizmente não tinha podido comparecer, no entanto, lembrou-se da candidatura recente dos “Bairros Digitais” e que poderia ser uma ideia a ser contemplada nesse projeto. Em relação ao lixo na Baixa, era um problema recorrente e tinha tido várias conversas nesse sentido. Por último, disse que também tinha chegado à Junta a reclamação do ruído desses “sunsets”, mas a Câmara Municipal já tinha emitido as licenças e pouco se tinha podido fazer.

O Presidente da Mesa, Manuel Tovar esclareceu o que eram os “Bairros Comerciais Digitais”. Tratou-se de uma candidatura da Baixa de Coimbra (das 50 aprovadas) com um investimento superior a um milhão de euros para a digitalização do Comércio da Baixa de Coimbra. Mais informou que o investimento era gerido pela Câmara Municipal de Coimbra, com a APBC, porque fazia parte do consórcio.

Dada a palavra ao Deputado Gonçalo Almeida, este solicitou à Mesa a relação de presenças/ faltas dos Deputados, para se poder fazer um “apanhado”, durante o mandato; solicitou mais uma vez a publicação das atas da Assembleia de Freguesia no site da União das Freguesias de Coimbra; voltou a solicitar junto de quem de direito os abrigos nas paragens de autocarro na Rua João de Ruão (pedindo um “pressing” junto do Município) e informou de uma proposta feita pela CDU que seria colocar os autocarros na Rua Simões de Castro logo à entrada, do lado direito e suprimir o estacionamento nesse local, de forma a minimizar este problema para as pessoas que usavam os transportes coletivos. Referiu também alguns transtornos ocorridos no primeiro dia de aulas na Escola da Conchada (queda de uma menina em cima de ervas/ arbustos, por falta de limpeza), solicitou que se fizesse um telheiro de acesso à Sagrada Família porque no inverno os meninos molhavam-se, o que não era bom.

Salientou a falta de funcionários para dar apoio aos meninos da Escola, bem como falou também da alimentação dada às crianças, (dois casos concretos).

Mais uma vez informou que era obrigatória a atribuição do abono de falhas e que fossem pagos com retroativos, dando a conhecer um parecer da CCDRC e de um outro mais recente. Informou também do ruído na zona do Arnado (na Fábrica).

Por último, apelou ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia mais atenção às atas e ao envio de correspondência. Em resposta, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia iria dar indicação aos serviços para que fosse disponibilizado na Sede da União das Freguesias o registo de presenças dos Senhores Deputados; pediu desculpa pela falha da publicação das atas do site da UFC, bem como pela falha no envio da Convocatória, tendo, por fim, acrescentado que todas as atas eram lidas por si e pelos restantes membros da Mesa.

Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que os cobertos das paragens dos autocarros eram com os SMTUC e que o importante era os autocarros passarem para o devido sítio; quanto à Escola da Conchada, era provável que tivessem existido alguns contratemplos com as limpezas porque tinha sido solicitada à Junta ajuda na Escola; relativamente à comida iria inteirar-se do que se estava a passar e falaria com a senhora Vereadora, inclusivamente porque tinha agendada uma visita à escola.

No que dizia respeito ao Abono de Falhas, o que lhe tinha sido identificado é que não era obrigatório ser pago, que também iria pedir à ANAFRE um parecer e solicitou ao Senhor Deputado que lhe fizesse chegar os pareceres que tinha mencionado na sua intervenção, sendo certo que se a lei dissesse que era obrigatório, agiria em conformidade. Por último, o ruído no espaço do “Atelier a Fábrica” era do foro da Câmara Municipal.

Tomou a palavra o Deputado Hugo Valente, saudando os presentes e, mais uma vez, falou da falta de limpeza, congratulando a sensibilização que a União de Freguesias tinha feito junto da população ao facultar o número de telefone para recolha dos monos; tirou algumas dúvidas com o Senhor Presidente do Executivo relativamente aos contratos de limpeza efetuados no anterior mandato com o Município. Elogiou os eventos realizados pela União das Freguesias, porque tinha sido uma forma de dinamizar a cidade (nomeadamente em agosto), bem como as



47
Cec

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

homenagens feitas aos antigos Presidentes das Juntas de Freguesia da Sé Nova, Santa Cruz e Almedina.-----

O Deputado Carlos Veiga fez referência ao Auto-de-Transferências de Competências celebrado em 2018 entre a Câmara e a SUMA, dizendo que o problema podia não ser o contrato, mas sim a execução do mesmo e que havia um gestor de contrato responsável pela sua execução. Se a empresa não estava a cumprir tinham de averiguar onde estava o problema.-----

Dada a palavra ao Deputado Gonçalo Almeida, este salientou que os contratos não eram vitalícios e havia formas de se “pôr fim aos contratos”, olhando bem para as cláusulas; referiu-se também às homenagens feitas, dando a sua opinião (à Sra. Dra. Palmira Pedro, ainda viva, nomeadamente ao seu desagrado quanto à placa toponímica), validando as outras duas homenagens, ao Sr. Pinto dos Santos e Sr. Dr. Hélder Abreu. Quanto aos eventos, demonstrou o seu desagrado: um em que tinha tido de comprar um cartão e no outro evento o som não tinha sido o melhor.-----

Em resposta, o Presidente do Executivo explicou detalhadamente os contratos interadministrativos, para os anos 2017-2021e o que foi acrescentado, bem como o que foi retirado. Explicou que nesse momento as coisas estavam diferentes, já tinham duplicado as áreas de intervenção e detalhou, nomeadamente, o acordo que viria a existir a partir de janeiro de 2024.-----

Ainda no que toca às homenagens, defendeu que as mesmas deviam ser feitas em vida (mesmo podendo haver contratempus) e concordou com o desagrado com a Placa Toponímica da Sra. Dra. Palmira Pedro. Elucidou como é que o cartão do evento funcionava e explicou o erro que aconteceu com o som e que não deveria ter acontecido.-----

O Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da Ordem de trabalhos – 3. Apreciação e votação da 2ª revisão ao orçamento de 2023, passando a palavra ao Executivo.-----

Tomou a palavra o Tesoureiro explicando minuciosamente o documento apresentado para ser votado, referindo que o reforço (devido às circunstâncias explanadas) estava na ordem dos 162.350,00 euros. No uso da palavra, o Deputado Nuno Sousa referiu-se ao reforço da receita e da despesa em 162.350,00 euros, dos quais 65 mil euros do próprio saldo de gerência e 47 mil euros do programa de ajuda às freguesias; falou ainda de 17 mil euros para cabazes e 10 mil euros para IPSS e outras despesas de 20 mil euros em ferramentas em duas rubricas (limpezas), 10 mil euros para trabalhos especializados de reforços e que gostaria de saber em quê; o reforço de 60 mil euros, que lhe parecia ser para viaturas e como tal gostaria de ser esclarecido. Para terminar, mais um reforço para feiras, quando já iam num reforço de 97 mil euros (questionando se seria para o Mercado de Natal), e questionou ainda se havia algum acordo com a Câmara Municipal na partilha dessa rubrica.-----

Em resposta, o Presidente do Executivo confirmou a partilha de despesas com o Município no Mercado de Natal. Também lembrou que quando elaboraram o orçamento fizeram questão de dizer que havia rubricas que estavam subvalorizadas e especificou. Fez questão de elucidar mais concretamente as questões colocadas, nomeadamente, a aquisição de viaturas para as limpezas das ruas mais pequenas e que eram viaturas elétricas, as ALKE.-----

Pediu a palavra o Deputado Gonçalo Almeida alertando para o Festival da Sopas, referindo a diretiva (que as Juntas não podiam ter lucros), não devendo ser feita dessa maneira sem um pedido às finanças e o Sr. Contabilista saberia melhor disso. No que dizia respeito à Informação Financeira (pág. 3), o valor das taxas era cada vez maior, mas a percentagem do grau de execução não aparecia no documento e convinha aparecer.-----

A execução orçamental era bastante elevada, tendo em conta as percentagens que estavam previstas. Na questão da alteração orçamental, o conjunto de intenções de 74.229,00 euros a mais era um valor alto; referiu os gastos com



y
Ole.

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

a Covid; alertou para os custos dos serviços bancários (porque eram elevados); falou dos 7.000,00 euros gastos com o encontro geracional (e do desagrado de algumas pessoas); referiu a supressão da conta 070207, que já não estava contemplada, só aparecendo a conta “ferramentas e utensílios” no valor de 10 mil euros e gostaria de saber o porquê; salientou a modificação do plano plurianual, no valor que englobava a aquisição de viaturas e os valores bastante elevados no consumo de gasóleo (que não estavam previstos); as receitas altas, já se tinha recebido bastante (do que estava previsto); acrescentou que artigos de decoração não eram despesa. Fez saber que a CDU não votaria contra, nem nunca votaria contra uma intenção de alteração orçamental, porque era um conjunto de intenções que poderia ser ou não executado.-----

Em resposta, o Presidente do Executivo informou que tinha sido feito o pedido às finanças aquando do Festival das Sopas, o Deputado Gonçalo Almeida propôs que fosse uma das instituições a receber as verbas; e o Presidente acrescentou que essa proposta tinha sido feita às diversas instituições e nenhuma tinha aceitado, pelo que o dinheiro efetuado tinha sido transferido para cada uma das instituições participantes. Informou que este ano letivo já se tinha gastado em material escolar para as crianças mais desfavorecidas 2.000,00 euros; nas atividades de Verão com as crianças (e em resposta ao Deputado Nuno Sousa, na rubrica outros trabalhos especializados), tinha havido necessidade de se contratar monitores, porque tinha existido 70 inscrições de crianças cujos pais não tinham com quem os deixar. No que dizia respeito ao elevado gasto com o gasóleo, referiu que todos nós estávamos a gastar mais, devido aos aumentos, mas também havia mais máquinas e carros.-----

Quanto ao apoio às Freguesias no âmbito da Covid, todas as faturas/ recibos (70 mil euros) enviados à CCDRC tinham sido escrutinados e iam ser contemplados em 47 mil euros.-----

No que dizia respeito às taxas cobradas pelos bancos, não havia muito a dizer, porque todos eles estavam a cobrar. Tinha sido pedido ao SANTANDER propostas e até ao momento ainda não havia resposta. Mais informou que não se tinha adquirido maquinaria e as duas rubricas com o mesmo nome “ferramentas e utensílios”, significava que umas eram de desgaste rápido e outras de longa duração.-----

O Sr. Contabilista também elucidou o Deputado Gonçalo Almeida.-----

Dada a palavra ao Deputado Nuno para ser esclarecido sobre o Auto de Transferências de Competências, falado anteriormente, que viria brevemente a esta Assembleia, questionou se a Freguesia acabava por assumir todas as competências previstas na lei.-----

O Presidente do Executivo referiu que o Decreto-Lei 57/2019, o que previa era exatamente isso, e que todos os anos pudesse ser revisto. Acrescentou que iriam receber alguns parques verdes. No que respeitava à higiene e limpeza pública, era tudo, à exceção das zonas ribeirinhas e a baixa, dando mais alguns esclarecimentos e especificidades.-----

Foi colocada à votação o ponto 3 – Apreciação e votação da 2ª revisão ao orçamento de 2023, tendo sido aprovado com oito votos a favor (José Alberto Rocha, Hugo Valente Abreu, Manuel Barata de Tovar Portela Vieira, Ricardo José Rodrigues de Sousa, Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira, Alberto de Oliveira Bravo, Carlos José Santos Pedrosa Rodrigues Veiga e Nuno Miguel Marques de Sousa) e com duas abstenções (Gonçalo José Mourão de Almeida e Paulo Alexandre Ferreira dos Anjos).-----

O Presidente da Mesa passou ao ponto 4. Tabela de Taxas e Emolumentos 2024 – Informação, da Ordem de Trabalhos-----



Handwritten signature or mark in blue ink.

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

No uso da palavra, o Presidente do Executivo referiu que este documento era meramente informativo e que, de momento, não carecia de debate, apenas tinham querido informar a Assembleia que o documento em causa iria estar um mês para discussão pública e, posteriormente, as Taxas viriam à Assembleia de Freguesia, pelo seu poder de decisão, e solicitou aos Senhores Deputados que quisessem acrescentar alguma coisa, que enviassem por e-mail, para que essas propostas pudessem ser contempladas.-----

O Deputado Carlos Veiga quis saber o porquê da diferença de preços para nacionais e estrangeiros e o Deputado Gonçalo Almeida também chamou a atenção para aspetos e alertou que a página 21 e 22 estavam repetidas.-----

O Presidente do Executivo esclareceu de imediato as dúvidas colocadas e agradeceu a chamada de atenção da repetição de páginas, aproveitando para informar que o Parque Infantil de Montes Claros já tinha reaberto e requalificado.-----

O Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos – 5. Apreciação das Informações do Presidente da União das Freguesias de Coimbra acerca da atividade desta, bem como da situação financeira atual.-----

Tomou a palavra o Deputado Nuno Sousa para lamentar (sobre os documentos apresentados acerca da execução financeira) a imensa dificuldade em executar-se as obras. Só havia uma obra executada e, pelo que lhe parecia, era uma obra da Junta, e que nas obras protocoladas com a Câmara Municipal havia imensas dificuldades na sua execução e isso já se arrastava desde 2017 (pelo que se lembrava), e via isso como um sintoma de incapacidade política coletiva dos envolvidos. Que não iria dizer que era problema de cor política, ou pessoal, mas questionava que perspetivas realistas haveria de avanço nesse ponto até ao fim do mandato.-----

Respondendo, o Presidente do Executivo fez saber que as obras já tinham começado a chegar à Junta. Já tinham sido concluídas as obras na Pedrulha e na Rua do Teodoro e estavam em andamento com a da Rua Quinta dos Alpões. Quanto às obras na Sede e Delegações, os projetos estavam prontos, mas faltava, como já tinha explicado anteriormente, o registo de propriedade dos mesmos.-----
Elucidou que a grande obra seria a construção do Armazém, que levaria 3 anos e que seria feito no terreno ao lado da Casa da Pedrulha.-----

Nada mais havendo a tratar, às vinte e três horas e treze minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, informando e pedindo permissão aos presentes, para a elaboração da Minuta das Deliberações Aprovadas nesta Sessão Ordinária, não havendo qualquer objeção por parte dos Senhores Deputados e uma vez aprovada, será assinada pelo Presidente e Secretária da Mesa. -----

Coimbra, 20 de setembro de 2023

Os Membros da Assembleia,

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia

Manuel Barata de Tovar

(Manuel Barata de Tovar Portela Vieira)



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra

1ª Secretária

Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira

(Célia Margarida Azenha Loureiro de Oliveira)